

Resolução nº 57/2010

de 19 de Outubro

Através da Resolução n.º 39/2008, de 24 de Novembro, o Conselho de Ministros aprovou as linhas gerais de orientação do EROT da ilha de Santo Antão, adoptando os seguintes eixos estratégicos:

- Desenvolver e consolidar uma Rede de Cidades;
- Valorizar o Espaço Rural e desenvolvimento de centralidades intermédias;
- Alargar a Mobilidade Territorial;
- Integrar Territorialmente o Turismo;
- Valorizar os Espaços Naturais e;
- Qualificar os Espaços Urbanos.

Durante toda a fase de elaboração, o EROT de Santo Antão foi seguido de perto por uma Comissão de Acompanhamento integrada por representantes de diferentes instituições, como sendo os Municípios implicados e os sectores com impacte sobre o território, tais como ambiente, turismo, indústria, energia, desenvolvimento rural, marinha e portos, infra-estruturas, educação, saúde, etc., bem como entidades representativas da sociedade civil e das classes profissionais.

O EROT da ilha de Santo Antão depois da sua aprovação prévia pela Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, conforme exige a lei, foi objecto de exposição pública durante 90 dias em todos os Municípios da ilha abrangidos pelo seu âmbito de aplicação.

Assim,

Uma vez que o EROT da ilha de Santo Antão, se mostra em conformidade com os eixos, parâmetros e princípios estabelecidos pelo Governo;

Visto e analisado o parecer técnico da Comissão de Acompanhamento que atesta o envolvimento dos diversos implicados na matéria e reflecte o posicionamento favorável das entidades centrais e municipais abrangidas;

Tendo sido cumpridos todos os procedimentos e formalidades legalmente exigíveis;

Ao abrigo do disposto na Base XI e alínea b) do n.º 7 da Base XVI do Decreto-Legislativo n.º 1/2006, de 13 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 6/2010, de 21 de Junho, que aprova as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (LBOTPU), conjugado com os artigos 42º e seguintes do Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU), aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2010, de 27 de Setembro; e

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Aprovação do EROT da ilha de Santo Antão

É aprovado o Esquema Regional de Ordenamento do Território (EROT) da ilha de Santo Antão, cujo regulamento, bem como as peças gráficas ilustrativas constam do anexo I a presente Resolução, da qual fazem parte integrante.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

REGULAMENTO DO ESQUEMA REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ILHA DE SANTO ANTÃO (EROT DE SANTO ANTÃO).

1. Introdução

O Esquema Regional do Ordenamento do Território da ilha de Santo Antão (EROT de Santo Antão) assume-se como um plano de ordenamento do território cuja normativa tem um carácter orientador. Todas as localizações constantes do EROT, quer se reportem ou não a acções espacializadas, deverão ser tomadas como indicativas, na medida em que terão de respeitar, no detalhe da sua localização efectiva, as normas sectoriais aplicáveis.

2. Normas gerais

As normas gerais são orientações, de carácter genérico, para enquadramento dos investimentos estratégicos (definidos ou previstos no EROT), bem como das actividades económicas e incluem os mecanismos institucionais necessários à sua implementação.

Essas normas inspiram-se nas Grandes Opções, Metas e Objectivos Estratégicos do Desenvolvimento Nacional e particularmente de âmbito Regional ou de ilha, no caso a de Santo Antão, alicerçando-se na Legislação Sectorial Específica, a qual obedece e subalterniza, definindo orientações de planeamento e gestão do uso territorial, essencialmente de natureza estratégica e com acentuada expressão e implicância no território, remetendo para planos de hierarquias inferiores designadamente o Plano Director Municipal, as directrizes e critérios do uso territorial de âmbito, dimensão ou impacto sectorialmente localizado.

2.1. Enquadramento dos Investimentos de Carácter Estratégico

Os investimentos de carácter estratégico são aqueles que têm escala regional ou nacional, com grau elevado

de interesse público, com impactos, de longo prazo, globalmente positivos no território e na sociedade e que são fundamentais para a consolidação do Modelo Territorial.

Estas características implicam que o EROT de Santo Antão contenha as normas de enquadramento dos investimentos estratégicos.

I. Estrutura Viária e Acessibilidade Interna

As actividades referentes às estruturas viárias e de acessibilidade interna deverão enquadrar-se nos dispositivos legais previstos no Decreto-Lei nº 26/2006, de 6 de Março, que actualiza a classificação administrativa e gestão das vias rodoviárias de Cabo Verde, bem como a definição dos níveis de serviços das mesmas e no Decreto-lei nº 22/2008, de 30 de Junho, que aprova o Estatuto das Estradas Nacionais.

A acessibilidade directa às vias que constituem investimentos estratégicos (vide Modelo Territorial) deverá ser fortemente condicionada e acautelada mesmo na fase de delimitação do corredor.

a) Via Estruturante Circular (Sistema Primário)

Deve ser salvaguardado um corredor que permita perfis longitudinais e transversais adequados às características de Via com tráfego pesado e reserva de capacidade para 20 a 25 anos, nomeadamente no troço Poente Aeroporto Internacional de Santo Antão – Ponta do Sol.

O corredor proposto para o troço inexistente (Nascente) só poderá ser definido com base num estudo prévio de dimensionamento da via (incluindo os necessários estudos de tráfego).

b) Vias Estruturantes Complementares (Sistema Primário)

Deve ser salvaguardado um corredor que permita, utilizando os espaços canais pré-existentes, criar as vias Estruturantes Complementares indicadas.

Deve ser dada prioridade à beneficiação da Via Estruturante Complementar Interior de ligação Porto Novo–Ribeira Grande (estrada da Corda), pois, serve aglomerados históricos que se foram constituindo ao longo do seu traçado e que são a sua razão de ser.

c) Vias Complementares (Sistema Secundário)

Deverão ser salvaguardados os corredores que permitam a construção ou o alargamento das vias já existentes, de forma a melhorar as características do seu traçado, enquanto vias de ligação entre os núcleos urbanos e as Vias Estruturantes.

II. Infra-estruturas de Transporte ligadas à Acessibilidade Externa e ao Abastecimento

a) Aeroporto Internacional

A ocupação e o uso, sobretudo no que diz respeito à edificação, na área de reserva de espaço para a construção do

Aeroporto Internacional de Santo Antão, devem ser submetidos ao critério do custo de oportunidade do interesse público de ocupações alternativas – i.e., só se justificará uma ocupação que comprometa ou crie custos de reversibilidade significativos para o uso aeroportuário, se o interesse público que a alternativa tem for superior ao do aeroporto (análise custos/benefícios).

b) Porto de Porto Novo

A previsão da necessidade de um novo Porto Estratégico está contemplada na beneficiação, reforço das valências e expansão do Porto de Porto Novo.

Instalam-se as valências de Cabotagem e terminal Roll On Roll Off nos Portos de Ponta do Sol e Tarrafal de Monte, criando Portos de serviço para as respectivas zonas de influência (zona Norte e zona Nascente).

Contempla-se também o Porto de Ribeira Torta com Cabotagem e terminal Roll On Roll Off com carácter supletivo em relação ao de Porto Novo.

A concepção das intervenções nos Portos deve obedecer a uma óptica integrada que maximize o potencial e mitigue os impactos ambientais.

c) Plataforma Logística / Industrial

Articulada com o Porto de Porto Novo e com o Aeroporto Internacional de Santo Antão constitui-se uma área destinada à Plataforma Logística / Industrial, que inclui a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, a Central Dessalinizadora e a Central de Abastecimento de Combustíveis.

III. Infra-estruturas Energéticas e de Reserva Hídrica

Neste capítulo, as actividades deverão enquadrar-se nos dispositivos legais previstos no Decreto – Lei 79/99, de 30 de Dezembro, que define o regime jurídico de licenças ou concessões de utilização dos Recursos Naturais e no Decreto-Lei nº 7/2004, de 23 de Fevereiro, que estabelece as normas de descargas das águas residuais.

a) Parques Eólicos e Fotovoltaicos

Dada a importância estratégica do sector energético para Cabo Verde, a localização de Parques Eólicos e Fotovoltaicos deverá prevalecer sobre os outros usos ou condicionantes.

A instalação de Parques Eólicos e Fotovoltaicos, em zonas de Parques / Reservas Naturais e solos com grande capacidade agrícola, deverá ser objecto de análise custos / benefícios ou outra metodologia adequada de avaliação de projectos, que tenha em conta o custo de oportunidade dos recursos naturais.

b) Barragens

O EROT de Santo Antão considera como estratégico, do ponto de vista da reserva hídrica e eventualmente da produção de energia, a construção de barragens, de acordo com estudos específicos a realizar para o efeito.

Deverá ser promovido o controlo de poluição tóxica das linhas de água, através do licenciamento e fiscalização de normas de descarga. Deverá ainda ser dada prioridade ao tratamento das águas residuais nas respectivas baías hidrográficas.

2.2 Enquadramento das Actividades Económicas

As normas do EROT de Santo Antão para o enquadramento das Actividades Económicas prosseguem objectivos de sustentabilidade, de valorização do capital social e de racionalidade locativa.

I. Turismo

As actividades de turismo deverão enquadrar-se nos dispositivos legais previstos na Lei nº 21/IV/91 de 30 de Dezembro, que estabelece os objectivos e as políticas de desenvolvimento turístico e na Lei nº 75/VII/2010, de 23 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de declaração e funcionamento das Zonas Turísticas Especiais, e no Decreto Regulamentar nº 7/94, de 23 de Maio, que declara as Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral na ilha de Santo Antão.

a) Empreendimentos Turísticos – Resort

Deverão ser tendencialmente auto-suficientes em termos energéticos, e auto-contidos em termos de impactos ambientais bem como contribuir para estruturar o território, criando centralidades específicas.

b) Empreendimentos Turísticos – pequenas unidades

Deverão ser auto-contidos em termos de impactos ambientais, nomeadamente mitigando os impactos cénicos.

Estas pequenas unidades turísticas são compatíveis com qualquer classe de espaços.

II. Agricultura e Pecuária

As actividades de agricultura e pecuária deverão enquadrar-se nos dispositivos legais previstos no Decreto nº 63/89, de 14 de Setembro, que estabelece as Bases da Legislação relativa aos Animais e à Pecuária.

Existe a expectativa de que a procura de produtos alimentares em Cabo Verde crie pressão no sentido de uma produção agrícola com muito maior incorporação de água. Esta circunstância deve ser gerida de forma preventiva, evitando que o acréscimo de rendimentos na agricultura tenha implícita uma sub-valorização do recurso água, o que corresponderia a um erro estratégico com graves implicações ambientais e sociais.

O uso de água para rega deve assim ser sujeito a licenciamento, monitorização e acompanhamento por serviços de extensão rural.

A poluição gerada pela pecuária intensiva e a degradação ambiental a longo prazo gerada pelo sobre-pastoreio deverão ser alvo de medidas específicas de política sectorial, baseadas no inventário das situações.

III. Florestal

As actividades florestais deverão enquadrar-se nos dispositivos legais previstos no Decreto-Lei nº 48/V/98, de 6 de Abril, que regula a Actividade Florestal.

O carácter estratégico das florestas, quer sejam em áreas protegidas, quer noutros contextos, decorre da manutenção do ciclo da água, da protecção contra a erosão dos solos e da valorização da biodiversidade.

A floresta é ainda um recurso natural com valor económico directo para a produção de energia para usos doméstico (principalmente nas zonas rurais mais remotas) e para a alimentação do gado.

O carácter estratégico e o económico pode ser conflituante, devendo prevalecer o carácter estratégico.

As políticas inter-sectoriais devem assim criar as condições para a protecção e valorização dos recursos florestais, de forma a garantir a sustentabilidade das áreas florestais e a sua correcta integração na formação do valor acrescentado.

IV. Infra-estruturas, equipamentos e actividades económicas a localizar na faixa litoral

A faixa litoral cabo-verdiana, pela sua importância e fragilidade, deverá ser, nos termos do Decreto – Lei 43/2010, de 27 de Setembro - Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU), objecto de Planos Especiais de Ordenamento da Orla Costeira (PEOOC) que são, reconhecidamente, instrumentos importantes para o ordenamento e gestão integrada do território.

Assim, a localização das infra-estruturas, equipamentos e actividades económicas na faixa litoral deverá ser analisada à luz de um instrumento de gestão territorial específico, que preserve áreas importantes (que podem estar dentro ou fora da actual faixa dos 80 m) e que permita fazer um planeamento e desenho integrado da mesmas - ou seja, evoluir da actual situação de aplicação de condicionante (os referidos 80 m) para uma situação de verdadeiro planeamento territorial, onde uma faixa de 250 m é devidamente estudada e com usos propostos (de protecção de recursos, agrícolas, florestais, económicos, etc.) compatíveis com a sua vocação e potencial.

V. Pescas

As actividades da pesca deverão enquadrar-se nos dispositivos legais previstos nos seguintes instrumentos jurídicos:

- Decreto-Lei nº 06/95, de 28 de Agosto, que aprova o Acordo Especial de Cooperação no domínio das Pescas entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa;
- Decreto-Lei nº 26/94, de 18 de Abril, que cria o Sistema Integrado de Apoio ao Investimento Produtivo no sector das pescas;

- Decreto-Lei nº 25/94, de 18 de Abril, que Cria o Fundo de Desenvolvimento das Pescas;
- Lei nº 60/IV/92, de 21 de Dezembro, que delimita as áreas marítimas da República de Cabo Verde.

Dada a extensão da zona económica exclusiva existente em Cabo Verde e a qualidade e quantidade de espécies piscícolas existentes, as pescas são também um dos sectores estratégicos da economia.

O EROT de Santo Antão enquadra a existência dos seguintes Portos de Pesca:

- Ponta do Sol
- Tarrafal de Monte Trigo
- Ribeira Torta
- Porto Novo

Devem ser garantidas as boas condições de acessibilidade aos Portos mencionados.

VI. Industria Extractiva

As actividades de indústria extractiva deverão enquadrar-se, designadamente, nos dispositivos legais previstos no Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro, que proíbe a extracção de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, e define normas disciplinadoras de tais actividades, quando elas sejam permitidas.

a) Instalação de Industria Extractiva

A instalação de indústria extractiva deve ter como princípio fundamental a minimização dos impactos paisagísticos e ambientais (ruído, poeiras, depósitos de escombros, etc.) e os conflitos de usos do solo que possa gerar.

b) Exploração de Areias

A extracção de areias nas praias da Ilha de Santo Antão deve ser interdita, dada a importância das praias para o turismo e o facto de existirem em pequeno número e extensão.

c) Explorações de inertes existentes

As explorações de inertes existentes deverão, nos termos previsto na lei, proceder à recuperação da paisagem no final do período de exploração, através de um Plano de Recuperação Paisagística de que deveriam, desde já, passar a dispor.

VII. Industria Transformadora

As actividades da indústria transformadora deverão enquadrar-se nos dispositivos legais previstos no Decreto-Lei n.º 31/2003, de 1 de Setembro, que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos industriais e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde pública.

A instalação de indústria transformadora deve localizar preferencialmente em áreas concebidas para o efeito (existentes ou a criar) e devidamente infra-estruturadas. A figura de referência é a do Plano de Desenvolvimento Urbano.

É particularmente importante que a instalação de indústria transformadora, quando tenha lugar fora das áreas concebidas para o efeito, siga como princípio fundamental a minimização dos impactos paisagísticos e ambientais e dos conflitos de usos do solo que se possam gerar, devendo, neste caso, prevalecer os requisitos dos usos não industriais.

VIII. Logística e Armazenagem

A zona de logística e de armazenagem deve localizar-se a Nascente da Cidade de Porto Novo, entre a Cidade e o Aeroporto proposto, onde se concentram as principais infra-estruturas.

2.3 Mecanismos Institucionais

Deverá ser criado um Observatório/Agência de monitorização da execução do EROT de Santo Antão para acompanhamento nos seguintes domínios:

- Avaliação da Implementação das orientações do EROT de Santo Antão.
- Impactos ambientais e socioeconómicos da execução da rede viária estruturante. O objectivo será propor medidas e, eventualmente, legislativas, que corrijam possíveis distorções dos efeitos desejados do EROT de Santo Antão.
- Avaliação das capacidades operacionais das grandes infra-estruturas de transportes internacionais. O objectivo é gerar orientações para a programação concertada dos investimentos previstos no EROT de Santo Antão.
- Monitorização estratégica do abastecimento e das reservas de água. O objectivo é evitar que a disponibilidade de água constitua um estrangulamento na execução das orientações do EROT de Santo Antão.
- Compatibilização das disponibilidades energéticas com a ocupação do território. O objectivo é garantir as sinergias entre os investimentos em energia e a ocupação do território prevista no EROT de Santo Antão.

O EROT de Santo Antão deverá ainda poder contar com um comité intersectorial que tenha condições para participar na contratualização de parcerias com entidades privadas no âmbito de investimentos estratégicos com expressão territorial.

3. Normas para o planeamento e para a gestão urbanística

- O EROT é um “*instrumento de ordenamento e desenvolvimento territorial*” (vide. Decreto-Legislativo nº

1/2006 de 13 de Fevereiro, alterado pelo Decreto -Legislativo 6/2010, de 21 de Junho). No caso do EROT de Santo Antão esta definição significa identificar e caracterizar a vocação do território, nomeadamente para a localização das actividades económicas e grandes infra-estruturas de transporte internacionais, bem como identificar e caracterizar os recursos naturais que devem ser protegidos. As regras para a transformação do uso e ocupação do solo que isto implica deverão constar dos Planos Directores Municipais e demais planos urbanísticos.

O EROT de Santo Antão procede assim à definição de compatibilidades de usos para as categorias de ordenamento indicativas que define, bem como à introdução de regras para o planeamento urbanístico, nomeadamente em sede de Plano Director Municipal.

É portanto aos PDMs que cabem a qualificação do solo, baseada na delimitação de classes de espaços em escalas pormenorizadas que, nos casos mais sensíveis, devem ser iguais ou superiores a 1/10.000.

3.2 Condicionantes e unidades de ordenamento

3.3 Condicionantes:

O EROT de Santo Antão identifica as seguintes condicionantes, de acordo com a planta de condicionantes:

- a) Áreas protegidas;
- b) Ribeiras e eixos principais de água;
- c) Orla Marítima;
- d) Servidão de infra-estruturas públicas;
- e) Área de reserva aeroportuária;
- f) Área de reserva para plataforma logístico-industrial.

I. Áreas protegidas:

Para efeitos do presente regulamento constituem-se áreas protegidas os espaços naturais ou áreas onde os valores biofísicos, patrimoniais ou culturais são dominantes sobre outros usos ou aptidões e como tal merece protecção especial.

As áreas protegidas identificadas na planta de condicionantes são as seguintes:

- a) Moroços (Parque natural);
- b) Cova/Ribeiras Paul/ Torre (Parque natural);
- c) Tope Coroa (Parque natural);
- d) Cruzinha (Reserva natural);
- e) Pombas (paisagem protegida);

Este zonamento assenta na qualidade diferenciadora que as áreas protegidas têm de assumir na lógica territorial Caboverdeana, quer para assegurar a devida

protecção dos principais recursos naturais e paisagístico do País em geral e de Santo Antão em particular, quer para promover e atrair o turismo cultural e de natureza, produto muito procurado nos mercados emissores Europeus e que pode trazer a Santo Antão uma outra procura, para além do turismo de cidade, negócios e incentivos.

A ocupação territorial dessas áreas deve ser organizada para que os recursos edafoclimático sejam racionalmente utilizados e as actividades económicas desenvolvidas sejam não só compatíveis como potenciam a sua sustentabilidade.

As áreas protegidas estão sujeitas as seguintes normas:

- a) Delimitação rigorosa como suporte para a definição legal dos espaços numa escala legal dos espaços não inferior a 1/10.000;
- b) Obrigatoriedade de elaboração e aprovação de um Plano de Ordenamento e Gestão;
- c) A ocupação territorial deve ser organizada para que os recursos edafoclimático sejam racionalmente utilizados e as actividades económicas desenvolvidas sejam não só compatíveis como potenciam a sua sustentabilidade.

Nestas áreas todas as intervenções serão enquadradas pela legislação específica, designadamente, pelo Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse sócio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial e integrar –se na Rede Nacional das Áreas Protegida, e pelos princípios de acção pública, consignados na Lei de Bases da Política do Ambiente, aprovada pela Lei nº 86/IV/93, de 26 de Julho, e condicionadas a parecer da entidade tutelar.

II. Ribeiras e eixos principais de água:

Para efeitos do presente regulamento entende-se por ribeira e eixos principais de água as zonas de leitos das ribeiras e eixos de cursos de água por onde ocorre a drenagem natural das águas pluviais devidamente identificada na planta de condicionantes e como tal importa proteger. A sua preservação e requalificação são fundamentais para o equilíbrio biológico e para o controle do regime torrencial, pelo que constituem normas a considerar nos planos urbanísticos:

- a) Delimitação rigorosa como suporte para a definição legal das Ribeiras e Leitos de Cheias numa escala não inferior a 1/10.000;
- b) Interdição de todas as acções de iniciativas pública ou privada que se traduzam na diminuição do caudal de vazão, obstrução de leitos, construção de edifícios, despejos de materiais passíveis de contaminação de solos e águas, bem como a destruição do coberto vegetal.

III. Orla Marítima:

A orla marítima é definida de acordo com a legislação em vigor, por uma faixa territorial com largura de 80 metros, conforme a planta de condicionantes, contados a partir da linha terrestre que limita a margem das águas do mar.

Constituem normas a considerar nos planos especiais de ordenamento da orla costeira:

- a) Os acessos viários à orla costeira marítima deverão ter especiais cuidados no que se refere à estabilidade das arribas e deverão ser preferencialmente perpendiculares à costa;
- b) A ocupação edificada nesta área deverá ser interdita, com excepção de edifícios de apoio náutico e de apoio ballnear.

A aprovação de qualquer actividade, uso, concessão ou construção dentro desta orla marítima está sujeita ao disposto na lei nº 44/IV/2004, de 12 de Julho, que estabelece o regime dos bens do domínio marítimo do Estado.

IV. Servidão de infra-estruturas públicas: (Rede Rodoviária Existente)

A rede rodoviária existente, devidamente incluída na planta de condicionantes, está sujeita às servidões rodoviárias, ao abrigo do Decreto-Lei nº 22/2008, de 30 de Junho, bem como ao regime das servidões públicas, nos termos da Lei.

V. Área de reserva aeroportuária:

A área de reserva aeroportuária visa acautelar necessidades futuras relativamente ao aeroporto internacional de Santo Antão. Em termos espaciais, a área de reserva aeroportuária fica no sítio denominado “Casa de Meio” na parte Sudoeste da Cidade do Porto Novo.

VI. Área de reserva para a plataforma logístico-industrial:

A área de reserva para a plataforma logístico-industrial visa acautelar necessidades futuras. Nesse sentido reservou-se um espaço para a futura instalação de uma plataforma logístico-industrial e de valorização ambiental numa zona que fica situado no litoral a sudoeste do Porto Novo, nas imediações do futuro aeroporto internacional de Santo Antão.

3.4 Unidades de ordenamento:

O EROT de Santo Antão identifica as seguintes unidades de ordenamento, de acordo com o modelo de ordenamento territorial:

- a) Áreas urbanas;
- b) Espaços de uso ou potencial agro-silvo-pastoril;
- c) Espaço de uso potencial florestal;

- d) Espaços de uso potencial agrícola intensivo;
- e) Espaços de áreas incultas de reconversão silvícola ou silvo-pastoril;
- f) Zona de Desenvolvimento Turístico Integral;
- g) Zona de Reserva e Protecção Turística.

I. Áreas urbanas:

Os espaços urbanos são aqueles que correspondem à ocupação urbana consolidada ou com potencial de urbanização. Deverão sujeitar-se às normas seguintes:

- a) Localizar no interior ou em torno da área delimitada como Área Urbana na Planta de Modelo Territorial;
- b) Serem alvo de Planos de Desenvolvimento Urbano e/ou Planos Detalhados;
- c) Serem objecto de infra-estruturação, nomeadamente no que se refere a redes de saneamento básico, incluindo nestas os sistemas de tratamento de efluentes;
- d) Incluir, em sede de PDM's, mecanismos de ordenamento e gestão que promovam a contenção dos perímetros urbanos;
- e) Evitar a sua expansão para solos com valor agrícola.

II. Espaço de uso ou potencial agro-silvo-pastoril:

Os espaços de uso ou potencial Agro-Silvo-Pastoril são aqueles que correspondem a situações já ocorrentes de agricultura de encosta ou de montanha, que domina o pequeno mosaico de paisagem multifuncional e adaptado às condições fisiográficas pedológicas e antrópicas.

No presente EROT as Áreas Agro-Silvo Pastoris, devidamente delimitadas no modelo territorial, correspondem aos espaços com certo potencial para a exploração agrícola, silvicultura ou pastorícia e incorpora situações já ocorrentes de agricultura de encosta e de montanha.

Em termos de localização espacial abrangem as áreas de Chão de Montes, Ribeira dos Bodes, Alto Mira, Ribeira da Cruz, Chão de Manuelino, Figueira de Cima, Ribeira Alta, Lagoa.

Essas áreas ficam sujeitas às seguintes normas/orientações, sem prejuízo do que vier a ser estabelecido nos PDM's, desde que não ponha em causa o princípio de compatibilidade e de hierarquia existente entre os referidos instrumentos de gestão territorial:

- a) Prevalência dos usos não edificados sobre qualquer outro;
- b) Edificação preferencialmente associada aos usos dominantes do solo;

- c) Edificação nova preferencialmente nos pequenos núcleos existentes ou a construir;
- d) Aproveitamento das características culturais, da paisagem humanizada e da vivência social, através da possibilidade de instalação de pequenas unidades turísticas.

III. Espaço de uso potencial florestal:

As áreas de uso potencial florestal, delimitadas no modelo territorial, correspondem às áreas em que predominam a ocupação florestal, bem como as áreas actualmente sem ocupação rural denominada inculta. São áreas com solos muito pobres, com declives excessivos, presença de afloramentos rochosos e acentuada secura, nomeadamente a maioria das encostas com grande risco de erosão.

Em termos de localização espacial abrangem a faixa de altitude que bordeja a fachada N-NE e na superfície planáltica adjacente, enquadrada no planalto Leste e nas Zonas de Água das Caldeiras, Salto da Ribeira da Cadela, Covada do Lizardo, Chão de Aleandra.

Essas áreas estão sujeitas às seguintes normas:

- a) Delimitação rigorosa dos espaços florestais numa escala não inferior a 1/10.000;
- b) Selecção criteriosa das espécies e procedimentos de florestação ou reflorestação, implicando eventualmente o seu licenciamento;
- c) Interdição tendencial de novos usos não florestais.

IV. Espaço de uso ou potencial agrícola intensivo:

As áreas de uso potencial agrícola intensivo, delimitadas no modelo territorial, correspondem às zonas de melhor aptidão para a produção de alimentos para o consumo humano, nomeadamente em solos aluvionares ou coluvionares e constituem elementos fundamentais no equilíbrio ecológico das paisagens, não só pela função da drenagem das diferentes bacias hidrográficas, mas também por serem o suporte da produção vegetal, em especial da que é destinada à alimentação.

Em termos espaciais localizam-se nas zonas húmidas localizadas na fachada NE, nas cabeceiras de algumas ribeiras mais importantes, designadamente, Chão de João Vaz, Fajã de Janela, Chão de Igreja, Manta Velha, Fajã de Mato, Boca de ambos as Ribeiras, Chão de Pedra, Cuculi, Marradouro, Santa Isabel, André Francês (Ribeira de Chá de Pedras) de João Afonso, da Torre, do Paúl e das Pombas, com alguma ocupação humana nas zonas de declive mais suaves e zonas de elevada densidade de coberto vegetal nas restantes.

Essas áreas estão sujeitas às seguintes normas:

- a) Delimitação rigorosa dos espaços de potencial agrícola numa escala não inferior a 1/10.000;

- b) Uso edificado apenas justificado pela exploração agrícola;

- c) Interdição tendencial dos demais usos edificados.

V. Espaços de área de reconversão silvícola ou silvo-pastoril:

São áreas fitoclimáticas de maior secura, onde mesmo assim se podem e devem implementar usos de solo com recursos à florestação com espécies autóctones consociadas com recobrimentos forrageiros, extensivos, de sequeiro e com objectivos de protecção do solo contra erosão. Estas áreas não têm, portanto, qualquer vocação para ocupação edificada habitacional ou industrial isolada nem para a instalação de actividades económicas exceptuando actividades de primário no âmbito da referida reconversão.

Em termos espaciais abrangem as fachadas Oeste, Sudoeste, Sul e Sudoeste abarcando, designadamente, as zonas de Ribeira Fria, Lajedo, Chã de Parede, Ribeira Torta e Monte Trigo.

VI. Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI):

Constituem ZDTI as áreas que possuem especial aptidão e vocação turística.

No caso do EROT de Santo Antão propõe-se que reserve as zonas de proximidade do litoral e áridas situadas: (i) a Sudoeste – Chão de Pedra Rachada (aproximadamente 900 ha), (ii) Nordeste – Chã de Calheta (aproximadamente 336 ha) da Cidade do Porto Novo, (iii) bem como as das proximidades do Monte Talhado (aproximadamente 170 ha) e (iv) Tarrafal (aproximadamente 860 ha), para posterior declaração como ZDTI, nos termos da Lei nº 75/VII/2010, de 23 de Agosto.

VII. Zonas de Reserva e Protecção Turística (ZRPT):

Constituem ZRPT as áreas contíguas às ZDTI dotadas de alto valor natural e paisagístico e cuja preservação seja necessária para assegurar a competitividade do produto turístico nacional a curto e médio prazo; bem como outras áreas que possuindo valor natural e paisagístico, deverão manter-se em reserva para posterior declaração como ZDTI. As ZRPT encontram-se se delimitadas no modelo de ordenamento territorial. No caso do EROT de Santo Antão decidiu-se delimitar em toda a orla costeira, uma faixa territorial com largura de 1 km a manter-se em reserva para posterior declaração como ZDTI.

Fica interdita a inclusão nos PDM's de quaisquer medidas susceptíveis de comprometer o potencial uso turístico das costas na extensão definida pela ZRPT.

A ZRPT rege-se pela Lei nº 75/VII/2010, de 23 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de declaração e funcionamento das Zonas Turísticas Especiais.

3.5 O presente EROT vigora pelo período de 12 anos.



